

Uma conta pesada demais para os trabalhadores

Edmar Bacha

APESAR dos refinamentos técnicos que informaram sua concepção, o Plano Cruzado corre o risco de não ter melhor destino que os intentos populistas da década de 70, no Cone Sul da América Latina, de congelamento de preços e salários, no contexto de uma política macroeconômica inconsistente. À euforia inicial, segue-se uma fase de progressivo desabastecimento, com infrações crescentes às regras do congelamento, até que uma crise cambial provoca um gesto desesperado do governo, tentando realinhar câmbio e preços de um só golpe, à procura de um evasivo equilíbrio, somente encontrado — no Chile de Allende e na Argentina de Perón — depois da queda do governo e de um longo período recessivo.

A situação brasileira atual é incomparavelmente melhor do que a da Argentina e a do Chile na primeira metade da década de 70, tanto do ponto de vista político como do econômico. Mas os ajustes que a economia requer — iniciados de forma atabalhoada com o pacote de 21 de novembro — farão passar por uma dura prova a nascente democracia brasileira.

O diagnóstico macroeconômico é simples. Estamos ainda vivendo numa situação de “inflação reprimida”, com excesso de demanda em todos mercados relevantes. Ademais, o esforço de investimento em capital fixo é insuficiente para manter a economia em crescimento. É preciso aumentar a poupança, tanto para conter o consumo, como para financiar o esforço adicional de investimento.

Edmar Bacha

A “inflação corretiva”, iniciada em novembro e que deverá persistir nos próximos dois meses, representa um intento do governo e dos empresários de transferirem dos assalariados para si os recursos para financiar os investimentos que se fazem necessários. A contrapartida é uma queda do poder de compra dos salários, consequência de que esses reagirem com atraso aos aumentos de preços e impostos.

Se estivéssemos na situação de antes do Cruzado, com periodicidade fixa dos reajustes salariais, observaríamos apenas uma elevação do patamar inflacionário, suficientemente forte para comprimir os salários reais pela via da alta dos preços.



Com o “gatilho” salarial, entretanto, a periodicidade dos reajustes é variável. Quanto maior a inflação, mais freqüentes os reajustes. Quanto mais freqüentes os reajustes, maior a inflação. No limite, os salários estarão sendo reajustados mensalmente, a inflação chegará aos 20 por cento ao mês ou 790 por cento ao ano. Ao longo do processo de aceleração inflacionária, o tecido político e social do país se irá esgarçando, aproximando-se do ponto de rompimento.

O Pacto Social deve ser entendido como uma tentativa de se evitar esta ruptura. Suas bases deviam haber sido lançadas há mais tempo, junto com o Plano Cruzado, através

da criação de um pequeno mas representativo Conselho da Reforma Econômica — composto de políticos, profissionais liberais, trabalhadores e empresários. Agora, entretanto, não há que se chorar sobre o leite derramado, mas sim tratar de evitar a explosão inflacionária e o retrocesso político.

Ressaltam dois problemas, nos acordos iniciais do Pacto. De um lado, as expectativas exacerbadas de ganhos salariais imediatos, por parte das lideranças sindicais. De outro, a solene indiferença das lideranças empresariais, superconfiantes na influência que imaginam ter sobre o governo, no que se refere à fixação de preços e à expansão creditícia. Uns, na verdade, pedem mais inflação. Outros, a recessão — pois forçam o governo a adotar controles cada vez mais asfixiantes sobre preços e crédito. O resultado será uma estagflação, da qual sairão todos perdendo como cidadãos, pois o retrocesso político será inevitável.

É preciso conter o consumo e deter a espiral preços-salários. Mas não é justo, nem próprio da Nova República, que sejam os trabalhadores que paguem a conta. A solução pactuada passa pela redefinição das regras de reajuste salarial e pela criação de mecanismos de participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e na arrecadação do governo. Fundos de poupança compulsória, com administração participativa e sujeitos à disciplina dos mercados, podem ser parte da solução. Através deles, conseguir-se-ia o necessário diferimento do consumo, mantendo-se o direito dos trabalhadores a uma renda futura crescente.